

ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DOS MEDICOS DO RIO DE JANEIRO - 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, em segunda convocação, via convocação virtual, foi dada aberta a Assembleia Extraordinária dos Médicos do Rio de Janeiro, com a seguinte pauta: 1) Informes; 2) Atraso do 13º salário dos servidores, RioSaúde e Organizações Sociais (OSs) que prestam serviço no município; 3) Estado de greve e greve dos médicos das OSs, RioSaúde e estatutários do município do Rio de Janeiro. A assembleia foi presidida pelo Presidente do SINMED/RJ Alexandre Telles e secretariada pela Secretária Geral Valeska Antunes. O Presidente deu abertura da assembleia com a leitura da ata de convocação. Em sequência abriu-se fala de conjuntura abordando a falta de avanço nas negociações do PCCS dos estatutários da saúde e o atraso da segunda parcela do décimo terceiro salário dos médicos estatutários e contratados pela empresa pública RioSaúde e Organizações Sociais. Relembrado que o pagamento a primeira parcela do décimo terceiro salário foi realizado mediante ação judicial do sindicato. Informado que houve depois mais duas audiências e reuniões de negociação para buscar a segunda parcela, sem sucesso sob a legação da Prefeitura de não dispor de caixa para honrar o pagamento. Foi agendada nova audiência para o dia 07 de janeiro, no MPT, para que a municipalidade informe previsão de pagamento. Informado que já houve deliberação de greve de enfermeiros e agentes comunitários de saúde e determinação pelo TRT de manutenção de mínimo de 70% de efetivo em trabalho e impossibilidade de greve nos setores de urgência e emergência que estão prestando atendimento à portadores de COVID. O CREMERJ fez fala, através da comissão de saúde pública, que aponta as queixas frequentes de atraso de pagamento e as consequências nefastas destas ocorrências para a prestação de serviços à população, em especial neste momento de calamidade pela COVID. Traz ainda a preocupação com as notícias de fechamento do Hospital de Campanha e a indignação com o desrespeito com a classe médica. Abertas as falas, foi apontado que existe justificativa para greve mediante o atraso de proventos dos trabalhadores, bem como pelo desmonte operado pela atual gestão, e que outras categorias estão em greve. Ponderado que o momento da transição de gestão já na próxima semana traz um complicador para instalação de greve na presente data, sem prévia negociação com a gestão que assume em primeiro de janeiro. Mediante a situação de desmonte dos serviços de saúde, aliada as necessidades prementes trazidas pela pandemia, se levantou a reivindicação de instalação de estado de emergência no município. Relembrado que o estado acaba de prorrogar o estado de emergência. Foi encaminhado que este tema seja estudado pelo jurídico do sindicato em conjunto ao jurídico do CREMERJ. Ao longo da assembleia, recebemos informe do presidente da câmara de vereadores e prefeito interino Jorge Felipe, que o governo do estado realizou repasse de R\$76 milhões a ser utilizado para pagamento de folha em atraso dos servidores municipais. Há intenção que seja priorizado o pagamento integral daqueles que recebem até R\$ 4 mil de salário. O prefeito em exercício não dispunha naquele momento de dados para informar com precisão quanto deste valor será destinado aos servidores da saúde e se aqueles empregados pela empresa pública RioSaúde serão imediatamente contemplados. Após o debate, a assembleia deliberou: 1) Manifesto público de denúncia da má gestão do Prefeito Marcelo Crivella no que tange à saúde municipal, apontando o desmonte de serviços e o constante desrespeito aos trabalhadores que sofreram, e ainda sofrem, com atrasos repetidos de salários e instabilidade de vínculos; 2) Carta ao Prefeito eleito Eduardo Paes e ao já declarado Secretário de Saúde Daniel Soranz com reivindicações a cerca de: a) resolução imediata da situação dos atrasos de salários e de impedimento de férias; b) resolução de problemas de infraestrutura das unidades de saúde; c) apresentação de plano de trabalho para solucionar situações relacionadas às condições de trabalho tais quais sobrecarga pela ausência de profissionais suficientes e precariedade de vínculos temporários; d) manutenção de todos os leitos dedicados à COVID, dada a situação epidemiológica atual; e) apresentação de plano de trabalho de enfrentamento à COVID; f) participação de representação dos trabalhadores em comitê, gabinete de crise ou outro fórum a ser instalado pela futura gestão para planejamento e acompanhamento do enfrentamento à pandemia. Tal carta também informará sobre o estado de mobilização da categoria pró greve caso não se apresente respostas às reivindicações. 3) Manutenção de estado de greve até a próxima assembleia convocada para o dia 07 de janeiro de 2021, com primeira chamada às 18 horas e segunda chamada às 19 horas. Nesta mesma data está agendada audiência do Ministério Público do Trabalho. Sem mais a acrescentar, foi dada encerrada a assembleia às quinze horas e cinquenta minutos.